MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.

CNPJ 14.882.376/0001-81
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - Ed. Padauri - Bloco B - 4º Andar - Alphaville - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Barueri, SP, 29 de janeiro de 2014.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
CIRCULANTE	8.774	50	CIRCULANTE	187	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	7.581	50	Impostos e Contribuições a Recolher	59	-
Impostos e Contribuições a Compensar (Nota 8b)	21	-	Diversas	128	-
Despesas Antecipadas	1.172	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.587	50
TOTAL	8.774	50	Capital Social (Nota 6)	10.050	50
			Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.463)	-
			TOTAL	8.774	50

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2013	2012
RECEITAS OPERACIONAIS	189	-
Receitas Financeiras Líquidas	189	-
DESPESAS OPERACIONAIS	1.592	-
Despesas Tributárias	2	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 7)	1.587	-
Outras Despesas Administrativas	3	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(1.403)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8a)	(60)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.463)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Totais
Eventos				
Saldos em 31.12.2011	50	(23)	-	27
Aumento do Capital Social	-	23	-	23
Saldos em 31.12.2012	50	-	-	50
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.463)	(1.463)
Aumento do Capital Social	10.000	-	-	10.000
Saldos em 31.12.2013	10.050	-	(1.463)	8.587

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Prejuízo Líquido	(1.463)	-
Aumento em Impostos e Contribuições a Compensar	(21)	-
Aumento em Despesas Antecipadas	(1.172)	-
Aumento em Impostos e Contribuições a Recolher	59	-
Aumento em Outras Obrigações	128	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(2.469)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital	10.000	23
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	10.000	23
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.531	23
Início do Exercício	50	27
Fim do Exercício	7.581	50
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.531	23

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2013	2012
Prejuízo do Exercício	(1.463)	-
Total do Resultado Abrangente	(1.463)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Descrição	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.592)	113,5	-	-
Serviços de Terceiros	(1.587)	113,1	-	-
Outros	(5)	0,4	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(1.592)	113,5	-	-
4 - DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(1.592)	113,5	-	-
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	189	(13,5)	-	-
Receitas Financeiras	189	(13,5)	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(1.403)	100,0	-	-
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(1.403)	100,0	-	-
8.1 Impostos, Taxas e Contribuições	60	(4,3)	-	-
Federais	60	(4,3)	-	-
8.2 Remuneração de Capitais Próprios	(1.463)	104,3	-	-
Prejuízos	(1.463)	104,3	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A. (MPO) é uma *joint venture* constituída por BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. e CLARO S.A. para desenvolver, comercializar e explorar produtos e serviços de pagamentos móveis, igualmente conhecidos como *m-payment*, notadamente o Cartão Mobile (conforme definido abaixo), com base em certos direitos de exploração a ela licenciados em caráter exclusivo pelo BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. e pela CLARO S.A.

A MPO é uma Companhia que tem por objetivo: (i) a prestação de serviços relacionados a transações e pagamentos móveis, (ii) aluguel, fornecimento, e prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções por meios eletrônicos, (iii) prestação de serviços de integração móvel, (iv) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. E aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento financeiros, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação, é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

2.4) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.5) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada pelos acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

2.6) Reconhecimento da receita

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento e atualização monetária de tributos a compensar.

A DIRETORIA

Paulo Sergio Odierna França – Contador – CRC 1SP182495/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, e o resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), considerando a facilidade conferida pela Resolução CFC nº 1.319/10, descrita na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo

a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), com a facilidade conferida pela Resolução CFC nº 1.319/10.

Osasco, 11 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

MPO - PROCESSADORA DE PAGAMENTOS MÓVEIS S.A. 8
PRODESP - CIA DE PROC. DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO 2

PSol pede a investigação de Vargas

Partido quer que Câmara investigue uso de avião e negociação de laboratório com Ministério da Saúde

O líder do PSol na Câmara, deputado Ivan Valente (SP), protocolou ontem um ofício para que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados abra processo de investigação contra o vice-presidente da Casa, André Vargas (PT-PR), pelas denúncias de que ele usou um avião emprestado do doleiro Alberto Youssef, além de ter intermediado a negociação de um laboratório

com o Ministério da Saúde. "Os fatos recentes envolvendo o vice-presidente da Casa, deputado André Vargas, de grande repercussão, merecem detalhada apuração e, em nome da transparência e da imagem pública do Parlamento", escreve Valente no ofício. Segundo ele, por Vargas ser membro da Mesa Diretora, cabe a esta solicitar esclarecimentos à Corregedoria: "As ilações sobre vantagens inde-

vidas e intermediações de interesses, que atingem Sua Excelência e vão além do âmbito pessoal, merecem resposta objetiva e institucional da Câmara dos Deputados". Na prática, o ofício apresentado não obriga a Mesa a tomar decisão. Após o discurso de Vargas na quarta, no plenário da Câmara, o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), descartou a possibilidade de abrir qualquer in-

vestigação: "Vamos aguardar a elucidação dos fatos. Mas ele fez o que deveria ter sido feito. Não se escondeu, não se esquivou. Foi ao plenário e disse a sua verdade". Ontem, o governador do Paraná Beto Richa (PSDB) criticou Vargas: "São fatos que envergonham a todos, envergonham a classe política. (...) que a justiça faça as investigações necessárias, que a verdade venha à tona. (Folhapress)

André Vargas fala de uso do avião emprestado de doleiro amigo

José Cruz/Agência Brasil - 02/04/2014

MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.

CNPJ 14.882.376/0001-81
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - Ed. Padauri - Bloco B - 4º Andar - Alphaville - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Barueri, SP, 29 de janeiro de 2014.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	8.774	50	CIRCULANTE	187	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	7.581	50	Impostos e Contribuições a Recolher	59	-
Impostos e Contribuições a Compensar (Nota 8b)	21	-	Diversas	128	-
Despesas Antecipadas	1.172	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.587	50
TOTAL	8.774	50	Capital Social (Nota 6)	10.050	50
			Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.463)	-
			TOTAL	8.774	50

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2013	2012
RECEITAS OPERACIONAIS	189	-
Recitas Financeiras Líquidas	189	-
DESPESAS OPERACIONAIS	1.592	-
Despesas Tributárias	2	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 7)	1.587	-
Outras Despesas Administrativas	3	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(1.403)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8a)	(60)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.463)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Totais
Eventos				
Saldos em 31.12.2011	50	(23)	-	27
Aumento do Capital Social	-	23	-	23
Saldos em 31.12.2012	50	-	-	50
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.463)	(1.463)
Aumento do Capital Social	10.000	-	-	10.000
Saldos em 31.12.2013	10.050	-	(1.463)	8.587

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Prejuízo Líquido	(1.463)	-
Aumento em Impostos e Contribuições a Compensar	(21)	-
Aumento em Despesas Antecipadas	(1.172)	-
Aumento em Impostos e Contribuições a Recolher	59	-
Aumento em Outras Obrigações	128	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(2.469)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital	10.000	23
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	10.000	23
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.531	23
Início do Exercício	50	27
Fim do Exercício	7.581	50
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.531	23

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2013	2012
Prejuízo do Exercício	(1.463)	-
Total do Resultado Abrangente	(1.463)	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
Descrição	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.592)	113,5	-	-
Serviços de Terceiros	(1.587)	113,1	-	-
Outros	(5)	0,4	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(1.592)	113,5	-	-
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(1.592)	113,5	-	-
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	189	(13,5)	-	-
Receitas Financeiras	189	(13,5)	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(1.403)	100,0	-	-
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(1.403)	100,0	-	-
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	60	(4,3)	-	-
Federais	60	(4,3)	-	-
8.2) Remuneração de Capitais Próprios	(1.463)	104,3	-	-
Prejuízos	(1.463)	104,3	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A. (MPO) é uma joint venture constituída por BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. e CLARO S.A. para desenvolver, comercializar e explorar produtos e serviços de pagamentos móveis, igualmente conhecidos como m-payment, notadamente o Cartão Mobile (conforme definido abaixo), com base em certos direitos de exploração a ela licenciados em caráter exclusivo pelo BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. e pela CLARO S.A.

A MPO é uma Companhia que tem por objetivo: (i) a prestação de serviços relacionados a transações e pagamentos móveis, (ii) aluguel, fornecimento, e prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções por meios eletrônicos, (iii) prestação de serviços de integração móvel, (iv) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.
- 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

 - 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. E aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme apresentadas na Nota 4.
 - 2.2) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
 - 2.3) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento financeiros, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação, é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de alteração no valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.
 - 2.4) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

 - Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
 - Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - Passivos Contingentes: de acordo com o CPC, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
 - 2.5) Patrimônio líquido**
 - a) Lucro por ação**

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.
 - b) Dividendos a pagar**

A distribuição de dividendos da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada pelos acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.
 - 2.6) Reconhecimento da receita**

As receitas financeiras são oriundas de juros sobre fundos de investimento e atualização monetária de tributos a compensar.
 - 2.7) Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Em 31 de dezembro		
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1)	101	50
Fundos de investimento (2)	7.480	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	7.581	50

- (1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
- (2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro		
	2013	2012
Ordinárias	18.037.144	50.000
Total	18.037.144	50.000

Em 31 de dezembro		
	2013	2012
Serviços de terceiros	4	-
Edições e publicações	12	-
Publicidade e propaganda	1.571	-
Total	1.587	-

8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido. O montante de R\$ 43 de Imposto de Renda e R\$ 17 de Contribuição Social, foi registrado no resultado do exercício.
- b) Os tributos a Compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 21, referem-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro				
	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	101	-	50	-

10) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Não houve eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

Paulo Sergio Odierna França – Contador – CRC 1SP182495/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, e o resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), considerando a faculdade conferida pela Resolução CFC nº 1.319/10, descrita na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 11 de março de 2014

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0